

Crônica de um desastre anunciado

Ricardo Noblat

A reunião desta semana do presidente José Sarney com seu ministério está para o Plano Bresser assim como a reunião de Carajás, realizada em meados do ano passado, estava para o Plano Cruzado. Na primeira, acuados pelo irrefreável otimismo e pela mais absoluta ignorância econômica de Sarney e do seu messiânico ministro da Fazenda, os pais originais da reforma tentaram, com timidez, desenhar o quadro que apontava na direção do desastre que acabaria por ocorrer logo após as eleições de novembro. Sarney e Dilson Funaro se fizeram, simplesmente, de surdos. E de cegos.

Deu no que se viu — Funaro caiu, a credibilidade do governo sumiu no ralo da descrença nacional e Sarney tenta, mal e mal, se equilibrar no poder, apostando mais no medo do PMDB de comparecer desgastado às urnas do que em sua capacidade de liderança e de recuperação. Na reunião desta semana, será o próprio ministro da Fazenda, o realista Bresser Pereira, quem se encarregará de alertar Sarney e seus colegas de governo para o desastre que, uma vez mais, se avizinha. O presidente sobreviveu ao primeiro a duras penas. O segundo, no mínimo, lhe custaria as diretas para logo.

Há componentes importantes que diferenciam, em parte, a situação vivida pelo país às vésperas da reunião de Carajás da situação que ele hoje atravessa, às vésperas da reunião de Brasília: O presidente não está eufórico, nem teria por que, o ministro da Fazenda parece ter os pés solidamente plantados na terra e os pais da reforma econômica de junho passado não estão nem um pouco intimidados. Preocupados, sim — e muito. De resto, o saldo da balança comercial exhibe bons resultados, a última greve geral fracassou e os sinais da recessão desestimulam pressões por ganhos salariais.

O fantasma que freqüentou Carajás, contudo, freqüentará a reunião de Brasília, atende pelo nome de déficit público e esconde a extraordinária e inabalável capacidade do governo de gastar muito, muito além do que arrecada e, portanto, do que poderia gastar. De tão gordo, o governo preferiu, nos últimos três meses, sonegar informações oficiais sobre o fantasma. Sabe-se que a administração deve ter gasto, em junho, cerca de 30 bilhões de cruzados a mais do que conseguiu subtrair das mais variadas fontes para seus cofres. O rombo deve ter girado, em junho, em torno dos 40 bilhões.

Gastam os ministérios — especialmente os do Planejamento, Transportes, Comunicações e Minas e Energia, sem esquecer o da Previdência Social. Gastam os governos estaduais e municipais, que pressionam o federal por mais verbas e que o levam, também, a assumir as suas dívidas. Sarney deixa que se gaste à vontade nas suas vizinhanças porque, como político, imagina que o dinheiro é a melhor moeda para se obter apoios, como administrador, enfrenta uma tarefa que está muito além dos seus chinelos, e como presidente, por obra do destino, não tem força para dizer não.

O déficit público, que o ministro Bresser Pereira gostaria de frear nos 3,5 por cento, alcançará até o final do ano algo como 5 por cento do PIB, conforme previsão otimista de quem tem fácil acesso ao Ministério da Fazenda. A inflação de agosto, se o governo nada fizer para maquiá-la, baterá nos 6,5 por cento, segundo estudo da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços entregue ao próprio presidente da República. O mesmo estudo calcula em pouco mais de 7 por cento a inflação de setembro e estima que em outubro ela poderá ser de 10 por cento. O Plano de Inflação Zero cedeu a vez ao Plano de Inflação 10 por cento ao mês.

A pretensão do ministro Bresser Pereira era a de segurar a inflação abaixo dos 5 por cento através de uma severa administração da fase de flexibilização dos preços. Foi o próprio ministro, aliás, quem admitiu que uma inflação maior que essa acabaria por provocar sérios danos nos salários. Sarney tem sido aconselhado pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen e por outros economistas a autorizar, mais facilmente, reajustes de preços para impedir uma explosão da inflação que poderia atingir a estratosfera dos 25 a 30 por cento em janeiro do próximo ano. Bresser, por enquanto, ainda resiste à terapêutica de Simonsen.

Angustia-se com as contas deste ano, mas já reuniu seus assessores mais diretos e manifestou sua preocupação com o que poderá ocorrer ao longo do ano eleitoral de 1988 — que começará em janeiro com as convenções dos partidos para a futura escolha dos candidatos, e que terminará em novembro com as eleições municipais — e, quem sabe? — com as presidenciais que Sarney tanto gostaria de banir do calendário que a Constituinte irá fixar. O próximo, seguramente, será um ano de muito dinheiro jogado fora para garantir a sorte dos partidos que apóiam o governo.

A sorte do mandato de cinco anos que o presidente tanto deseja está sendo jogada na administração irresponsável de recursos que ameaça reduzir o Plano Bresser ao congelamento de preços que agora começa a ser levantado. Não foi isso o que o ministro formulou. A renegociação da dívida esbarrou na miopia política do PMDB. O combate ao déficit público está pendurado no pecado original da ilegitimidade do mandato do presidente Sarney que, para permanecer no poder, gasta o que tem e o que não tem.